

ANDRÉ SILVA PORTO

O CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL NO PERÍODO DE 1994 A 2002

Monografia entregue ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a conclusão do curso.

Prof. Orientador: Marcelo Luiz Curado

CURITIBA

2005

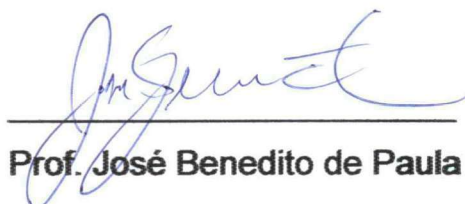
TERMO DE APROVAÇÃO
ANDRÉ SILVA PORTO

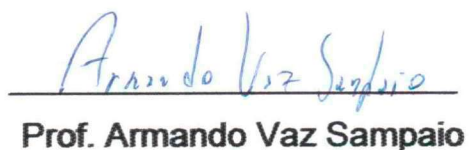
O CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL DE 1994 A 2002

MONOGRAFIA APROVADA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADOR:


Prof. Marcelo Luiz Curado


Prof. José Benedito de Paula


Prof. Armando Vaz Sampaio

Curitiba, 14 de Dezembro de 2005

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	v
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE QUADROS	vii
INTRODUÇÃO	01
1 O VOLUME DE CRÉDITO BANCÁRIO	03
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	03
1.2 A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO PERÍODO DE 1994 A 2002	05
1.3 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO	09
1.4 CONCLUSÕES	14
2 O CUSTO DO CRÉDITO	16
2.1 A EVOLUÇÃO DO SPREAD NO PERÍODO	16
2.2 A DECOMPOSIÇÃO DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO	19
2.2.1 Cunha Fiscal	20
2.2.2 Custos Administrativos	21
2.2.3 Custos com Inadimplência	22
2.2.4 Depósito Compulsório	22
2.2.5 Margem Líquida	23
2.3 CONCLUSÕES	25
3 A CONCENTRAÇÃO DO CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL	27
3.1 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO NO PERÍODO	27
3.2 A CONCENTRAÇÃO SETORIAL DO CRÉDITO NO BRASIL	29
3.3 CONCLUSÕES	32
4 A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA SOBRE O CRÉDITO BANCÁRIO	34
4.1 A ESTRUTURA DA POLÍTICA MONETÁRIA	34
4.2 A QUESTÃO DO CUSTO DE OPORTUNIDADE	36
4.3 O CANAL DO CRÉDITO	38
4.4 A POLÍTICA MONETÁRIA EM PAÍSES EMERGENTES	40

4.5 OS EFEITOS DA POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL	
APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL	41
4.6 CONCLUSÕES	43
REFERÊNCIAS	45

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO REAL DA VARIAÇÃO ANUAL DO PIB.....	08
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO CRÉDITO/PIB – 1994 A 2002.....	09
GRÁFICO 3 – CRÉDITO/PIB EM VÁRIOS PAÍSES.....	10
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES E DIRECIONADOS (em Milhões de Reais)	13
GRÁFICO 5 PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS (%).....	14
GRÁFICO 6: PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES, LEASING E SETOR PÚBLICO (%)	15
GRÁFICO 7 – A EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO DE 1994 A 2002	18
GRÁFICO 8: SPREAD MÉDIO ANUAL EM VÁRIOS PAÍSES.....	20
GRÁFICO 9: DECOMPOSIÇÃO CONTÁBIL DO SPREAD MÉDIO DOS BANCOS BRASILEIROS (1994-2002)	25
GRÁFICO 10 – RAZÃO CRÉDITO/PIB ESTADUAL (1994 E 2002).....	32
GRAFICO 11: TAXA SELIC ACUMULADA ANUALIZADA.....	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO.....	11
TABELA 2 – DECOMPOSIÇÃO DO CUSTO DO EMPRÉSTIMO PARA O TOMADOR PESSOA JURÍDICA	24
TABELA 3 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM FUNCIONAMETO.....	30
TABELA 4 - PROPORÇÃO DOS ATIVOS DE ALGUNS BANCOS SELECIONADOS.....	39

RESUMO

Neste trabalho, foi analisado o crédito bancário no Brasil de 1994 a 2002, com o objetivo de se mostrar os principais movimentos dessa variável no cenário nacional. O indicador crédito/PIB demonstra uma queda significativa no período em questão. Em relação a outros países, vê-se que a liberação de crédito do sistema financeiro brasileiro é similar a nações em desenvolvimento, entretanto, em relação a países desenvolvidos essa relação é bastante desigual. O custo do crédito, medido pelo spread bancário, sofreu uma queda considerável de 1994 a 2002, contudo, em relação a outros países, continuou em níveis elevados. Observou-se, ainda, que o mercado bancário se concentrou no período e que a liberação de crédito nas diferentes unidades da federação brasileira foi bastante desigual. Uma provável hipótese para esses movimentos é a influencia que a política monetária tem sobre o sistema bancário.

INTRODUÇÃO

O crédito bancário no Brasil, após a implementação do Plano Real, em Julho de 1994, passou por um processo importante de mudanças e tendências. A estabilização da economia brasileira alcançada no período teve influência direta sobre o volume, custo e concentração do crédito no País. Isso ocorreu devido às políticas econômicas desenvolvidas no período. Em especial, a política monetária teve papel fundamental nesse movimento do mercado bancário.

O objetivo central dessa pesquisa é realizar uma análise sobre os principais movimentos do crédito bancário e sua evolução no período de 1994 a 2002 no Brasil. Serão levados em conta a evolução do volume de crédito, o custo e a concentração do mesmo. Será, ainda, incorporada uma discussão sobre os efeitos da política monetária empregada pela autoridade monetária do país sobre as variáveis mencionadas.

Para discorrer sobre esse tema, serão apresentados alguns capítulos. Primeiramente, pretende-se fazer uma análise do comportamento do volume e direcionamentos do crédito bancário no Brasil. Na medida em que o processo de estabilização ocorre, o volume de crédito liberado pelo sistema financeiro veio diminuindo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Este indicador, se comparado com outros países, mostra que o volume de crédito bancário no país não é satisfatório para o desenvolvimento de uma economia com as dimensões do Brasil.

Em segundo lugar, será feita uma análise do custo do crédito no período de 1994 a 2002. Para tanto, será relevado o spread bancário como principal indicador. Serão objetos deste capítulo o comportamento do spread e os itens que o compõem. Será feita, também, uma comparação entre os *spreads* médios de alguns países, o que mostra que o custo do crédito no Brasil é relativamente alto, apesar de ter decrescido significativamente.

Em terceiro lugar, será discorrido um capítulo a respeito do processo de concentração do crédito no país. Esse movimento seguiu o processo de concentração bancária pelo qual passou o Brasil, de 1994 a 2002. Por fim, será analisada a política monetária empregada pelas autoridades monetárias

brasileiras no período analisado e de que maneira essa política econômica afeta os custos e volumes de crédito liberado pelo sistema bancário. Para possibilitar o processo de estabilização da economia e a contenção da hiperinflação, dentro da proposta do Plano Real, foi empregada uma política monetária extremamente restritiva. As altas taxas de juros e liberalização para a entrada de recursos pela conta capital do Balanço de Pagamentos foram as principais características dessa política. Os efeitos dessas medidas se fizeram sentir no crédito bancário segundo algumas vias de transmissão. Nessa pesquisa serão consideradas as vias de transmissão pela oferta de crédito e pela demanda por crédito (custo de oportunidade de tomar empréstimos).

Ressalta-se que serão consideradas as questões macroeconômicas, ou seja, do comportamento dos agentes agregados da economia. Não será relevada a questão microeconômica que envolve o sistema bancário, como questões de eficiência do sistema ou das firmas. Serão utilizados como referência autores pertinentes aos temas em questão.

Em princípio, as referências utilizadas na descrição da evolução e do custo do crédito no país seguem a linha de trabalhos publicados pelo Banco Central do Brasil. Certamente seus autores têm feito uma ampla discussão e uma série de publicações pertinentes ao tema. Tais trabalhos têm sido publicados através do próprio site do Banco Central. Em relação à concentração do crédito no período em questão, serão utilizados dois trabalhos que discutem os efeitos da concentração bancária, ocorrida mais acentuadamente no período de 1994 a 2002, sobre o crédito nos diferentes estados da união. Por fim, o capítulo a respeito dos efeitos de política monetária sobre o crédito, se empregará uma análise dessas políticas, também publicadas pelo Banco Central do Brasil, e um trabalho que discute a transmissão dessa política para a economia.

Os capítulos, portanto, serão apresentados da seguinte ordem: a evolução e direcionamentos do crédito bancário no período de 1994 a 2002; a evolução e decomposição do *spread* bancário no período; a concentração do crédito entre as diferentes unidades da federação brasileira; e a influência da política monetária sobre o crédito bancário, no mesmo período.

1 O VOLUME DE CRÉDITO BANCÁRIO

Neste capítulo será feita uma descrição sobre o comportamento do volume de crédito liberado pelo sistema financeiro bancário no período de 1994 a 2002. Certamente, esse indicador seguiu algumas tendências macroeconômicas não só do Brasil, mas de todo o mundo. Ressalta-se a influência que os choques ocorridos nos anos 1990 significaram sobre o sistema financeiro brasileiro. O indicador crédito/PIB será o principal ponto de referência para essa análise. Será realizada ainda, uma pesquisa sobre os direcionamentos do crédito no Brasil, ou seja, qual a composição da carteira de crédito do sistema financeiro nacional.

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O período de estabilização da economia brasileira, sobretudo de controle de inflação, é interessante para se analisar o movimento do sistema bancário e do financiamento do crescimento econômico do Brasil. O crédito bancário constitui fator significativo para o processo de novos investimentos produtivos. Pretende-se, neste item, contextualizar e descrever a evolução do crédito no Brasil, de 1994 a 2002.

Antes da implementação do Plano Real houve várias tentativas de estabilização e de controle da inflação. A década de 1980 caracterizou-se por uma desaceleração da economia mundial, com uma redução expressiva da liquidez e uma escassez de recursos financeiros que afetaram de maneira severa os países emergentes. O financiamento da dívida pública brasileira sofreu um sério choque com a elevação da taxa de juros básica feita pelo *Federal Reserve*, o banco central norte-americano, o que elevou a taxa de juros internacional (que é o padrão de comparação usado pelos investidores, juntamente com a classificação do risco-país). Os recursos financeiros de curto prazo, responsáveis pelo equilíbrio da conta corrente do país, foram “aspirados” pelo aumento da remuneração internacional. Aliada às incertezas instaladas na economia global, essa falta de recursos resultou na fuga de capital de curto prazo de países emergentes, entre eles o Brasil. Nos anos de

1987 a 1989 houve uma saída de 696 milhões de dólares da conta capital brasileira, e nos anos de 1990-92 a fuga foi da ordem de 693 milhões de dólares (CYSNE, 2000, p.16). Tal cenário afetou a economia nacional de tal maneira que culminou na crise do pagamento da dívida pública e na moratória de 1987.

As décadas de 1980 e 90 foram marcadas pela dificuldade na estabilização da economia do País, em vários planos que não foram suficientes para conter o processo de hiperinflação.

Desde o início da Nova República, em 1985, o Brasil apresentou duas características notáveis na economia: grandes oscilações nas taxas de inflação e deterioração das contas públicas (GREMAUD, et al, 1996). O debate econômico apresentava duas correntes principais. De um lado, os economistas mais ortodoxos defendiam um ajuste gradual baseado no ajuste macroeconômico e na desregulamentação da economia. De outro, os heterodoxos, ditos “inercialistas”, simpáticos a soluções menos convencionais, como os “choques” para conter o processo inflacionário. O Plano Cruzado substituiu o cruzeiro pelo cruzado e instituiu regras para a evolução dos preços e salários. Os preços foram congelados (com exceção do setor de energia elétrica). Em princípio, os efeitos do plano foram animadores, porém, o congelamento de preços não resistiu. Houve escassez de produtos no mercado e excesso de crescimento do consumo, entre outras conseqüências.

Em Junho do mesmo ano foi anunciado o Plano Bresser. Houve novo congelamento de preços e salários e uma desvalorização cambial significativa. Novamente, a disparidade gerada pelo congelamento causou uma situação de desequilíbrio¹ no mercado, e novo surto inflacionário. O Plano Verão, em Janeiro de 1989, consistiu em uma nova tentativa de ajuste por congelamento de preços. Foi implantado também, o Cruzado Novo que era equivalente a mil Cruzados. Seus efeitos foram muito próximos aos planos anteriores. Já o Plano Collor, implantou uma nova medida, o controle da liquidez, além do congelamento de preços. Foram bloqueados os recursos de parte dos

¹ O desequilíbrio gerado pelo congelamento de preços decorre do fato de que, no momento do congelamento, os preços dos produtos não estavam equilibrados. Ou seja, alguns setores julgavam que seus produtos estavam desvalorizados e, portanto, foram comercializados em menor escala (a oferta destes foi reduzida por parte dos próprios produtores). Desta forma, havia uma demanda insatisfeita muito grande, o que ocasionava surtos inflacionários.

poupadores nas instituições financeiras, a fim de controlar o excesso de liquidez da economia. O plano falhou devido à grande pressão política da sociedade brasileira, que culminou no impeachment do presidente.

1.2 A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO PERÍODO DE 1994 A 2002

Em 1994, com a implantação do Plano Real, buscou-se medidas para o ajuste do sistema financeiro. A abertura da economia, dada pela busca pelo controle de preços por choque de concorrência (CYSNE, 2000, p.16-17) promoveu mudanças importantes no mercado bancário. Esperava-se, com a estabilização iniciada pelo plano, que o volume de crédito em relação ao PIB aumentasse.

Ademais, durante o processo de hiperinflação, o setor bancário teve uma fonte de receita bastante peculiar e com valores expressivos, os ganhos inflacionários ou ganhos com *floating*. Esse processo é bem explicado na passagem de Cysne (2000, p.18):

Com a queda da inflação (de cerca de 40% ao mês, no período pré-Plano Real, para uma média de 3,65% (IGP-DI) ou 2,61% (IPC-r) ao mês, de julho de 1994 a maio de 1995), as transferências inflacionárias para os bancos comerciais (juros reais negativos pagos pelo excesso de depósitos à vista sobre encaixes totais) reduziram-se subitamente. Este fato, aliado à necessidade que os bancos teriam daí para frente, de ampliar compensatoriamente suas carteiras de crédito, sem estarem devidamente aparelhados para isto, obrigou o Banco Central a agir rapidamente de forma a impedir uma grave crise sistêmica no sistema financeiro.

Isso significa que a remuneração dada pelos bancos estava abaixo da inflação, possibilitada pela grande oferta de depósitos à vista nos bancos, devido à perda no poder de compra da população, em manter os seus recursos em suas mãos. Os ganhos com o *floating* foram, em média, de 35% da receita total dos bancos, de 1990 a 1994 (IBGE, 1997, p.44). Com a queda abrupta da inflação, a partir de julho de 1994, ficou clara a perda de receita dos bancos com o *floating*. Tal processo levou as instituições financeiras a buscar outras fontes de receitas. Esperava-se que o crédito fosse, então, o produto a ser priorizado. Até 1995 foi o que ocorreu. Em 1993 os ganhos inflacionários eram

da ordem de 26% da receita total dos quarenta maiores bancos do país, já em 1995, essas receitas passaram a 1,3% (BARROS e ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.4). Foi notável o crescimento das operações de crédito no sistema financeiro, alcançando parte da demanda reprimida do período anterior.

Entretanto, esse movimento de ascensão do crédito foi freado pela crise de inadimplência que afetou o sistema em meados de 1995. Segundo Barros e Almeida (1997), o crescimento das operações de crédito não foi acompanhado por um devido cuidado em relação aos pagamentos. Esse problema, aliado à crise mexicana², que afetou as economias emergentes, determinou a crise no sistema bancário brasileiro (a qual se referiu Cysne na passagem transcrita anteriormente). Isso levou o Banco Central a tomar atitudes visando um maior controle dessas operações. Entre elas, destaca-se a incidência dos depósitos compulsórios.

O ano de 1996 acompanhou a tendência de decréscimo da relação crédito/PIB do Brasil. Em 1997, houve uma pequena retomada, interrompida no mês de Dezembro por uma nova crise em mercados emergentes, agora dos países asiáticos³.

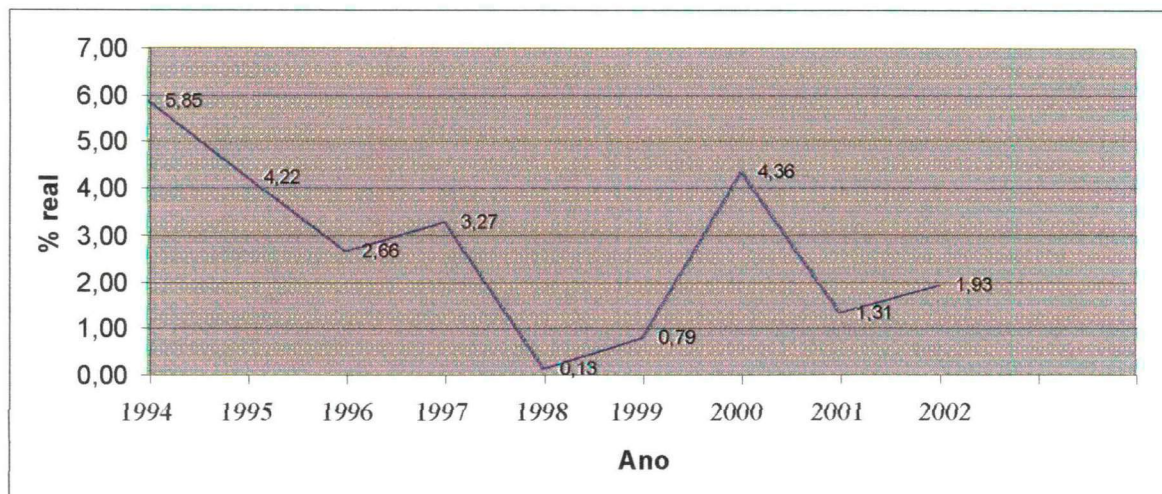
No biênio 1999-2000, a trajetória do índice crédito/PIB foi de ligeira queda, com pequena retomada no segundo semestre de 2000. Contudo, uma nova crise financeira afetou o mercado Brasileiro, a crise do pagamento da dívida da Argentina. Juntamente com essa crise veio o problema no setor de energia brasileiro, com o chamado “apagão” e o racionamento de energia elétrica, em 2001.

Observa-se, com essa apresentação sobre a evolução do crédito, analisada principalmente pelo índice crédito/PIB, o movimento de *stop and go* da economia brasileira. O gráfico 1 ilustra o crescimento do PIB real no período de 1994 a 2002.

^{2 2} A crise sistêmica no México, em 1994, foi resultado da crescente exposição a ataques especulativos, pelo crescimento da dívida pública do país. Houve um processo de desconfiança por parte dos investidores em relação a capacidade do país honrar seus compromissos. Com isso, cresceu, também, a desconfiança em economias similares a do México, como é o caso do Brasil.

³ Crise financeira dos países emergentes da Ásia, especialmente Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul. Dada, principalmente, pela desvalorização das moedas nacionais e queda do preços dos ativos relacionados a esses países nos mercados de ações.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO REAL DA VARIAÇÃO ANUAL DO PIB

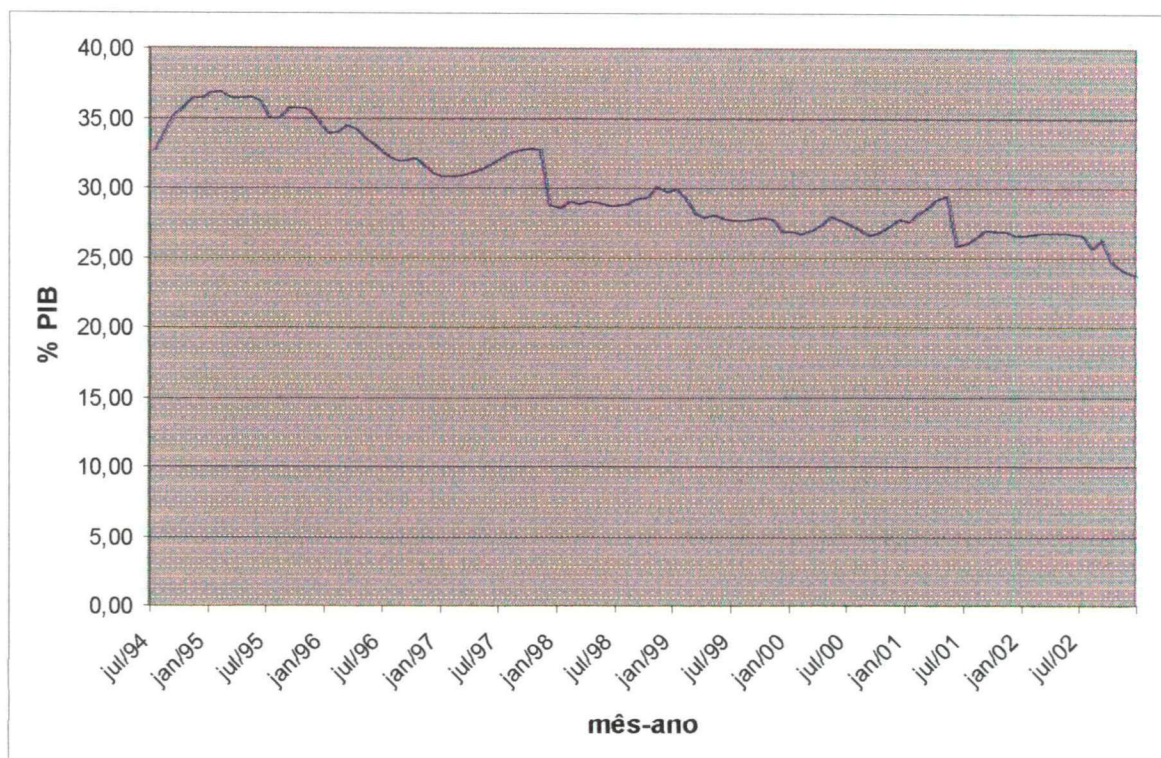


FONTE: IPEADATA

O gráfico acima demonstra os baixos crescimentos do produto brasileiro. Em cinco dos nove anos analisados, tem-se um crescimento real abaixo dos 3% ao ano. Tal movimento revelou a vulnerabilidade da economia frente aos choques ocorridos no período. Em cada uma das crises, foi consenso entre os analistas econômicos de que estas afetaram substancialmente a economia brasileira. A década de 1990 revelou uma grande dificuldade do país em obter um crescimento contínuo, sustentado ano a ano. Evidentemente, o setor financeiro sofreu conseqüências semelhantes. A liberação e o custo de crédito foram afetados devido a essa situação de instabilidade. Por sua vez, o crédito influi significativamente no produto da economia, haja vista a sua capacidade multiplicadora (a ser tratada no referencial teórico deste trabalho).

Mais especificamente, a relação crédito/PIB sofreu uma redução no período analisado nesta pesquisa. De 32%, em Julho de 1994, essa relação caiu para 23,9% em Dezembro de 2002. O gráfico que segue mostra tal evolução.

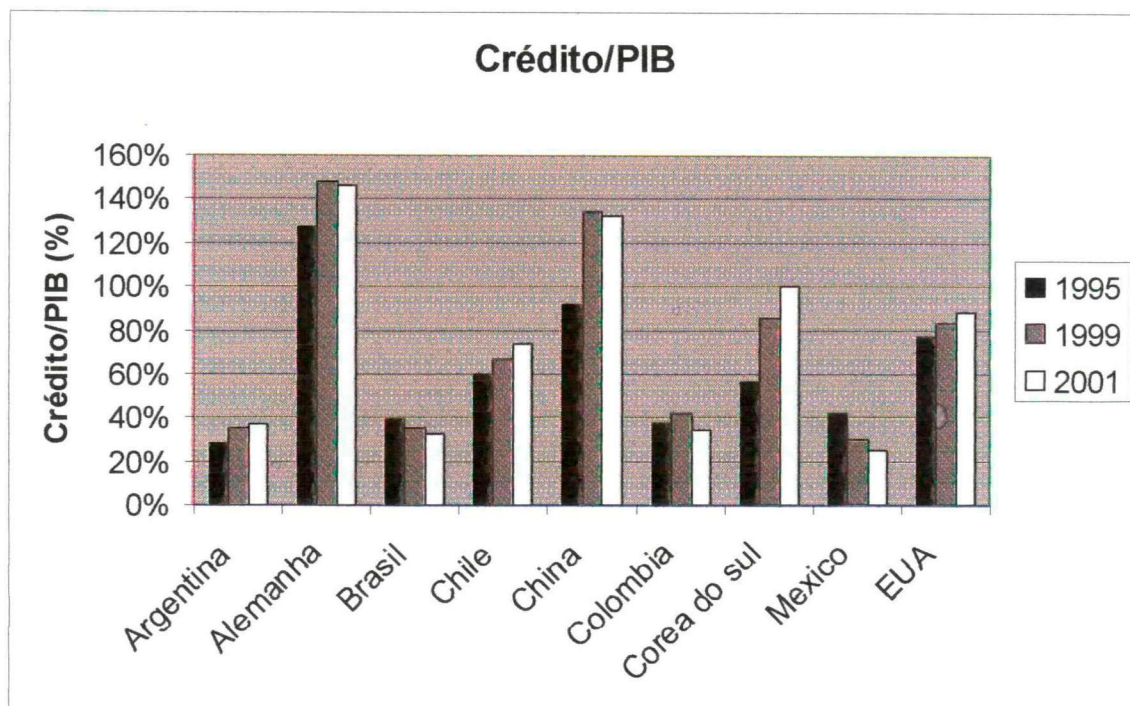
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO CRÉDITO/PIB – 1994 A 2002



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Se for comparada a relação crédito/PIB do Brasil com outras nações, pode-se perceber mais claramente a problemática do crédito bancário brasileiro. Comparativamente a países desenvolvidos como a Alemanha, no ano de 2001, a diferença torna-se bastante grande, 147% nesse país, contra 59% no Brasil. Entre os países asiáticos a diferença ainda foi grande: 133% na China e 100% na Coreia do Sul. Entre os países latino-americanos, destaca-se o desempenho do Chile, com 73% em 2001. O índice, contudo, foi mais baixo no México, Argentina e Colômbia, relativamente ao Brasil. O gráfico abaixo mostra essas diferenças:

GRÁFICO 3 – CRÉDITO/PIB EM VÁRIOS PAÍSES



FONTE: FONDO MONETARIO INTERNACIONAL

1.3 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Uma análise a respeito dos direcionamentos do crédito do Sistema Financeiro Nacional se faz importante para o entendimento do crédito no Brasil. Isso porque as diferentes modalidades, segundo seus recursos, fontes de financiamento e rentabilidade, têm influência no custo e no volume de valores emprestados na economia. Pode-se classificar o direcionamento do crédito no país, em princípio, em dois grupos principais: o crédito com recursos livres e o crédito direcionado. O primeiro representa o volume emprestado a escolha de carteira das instituições financeiras. Não há uma regulamentação específica que limite taxas, prazos ou volumes para as operações, salvo a regulamentação da estrutura do setor. Já o crédito direcionado é obrigatório, segundo regulamentação do Banco Central, para determinados setores. Representam parte dos depósitos à vista e dos depósitos em caderneta de poupança, além de recursos de fundos, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), ou recursos próprios no orçamento do Governo Federal.

O crédito com recursos livres divide-se, segundo a metodologia do Banco Central do Brasil (BCB, 2003, p.7), em crédito com recursos domésticos e lastreado em recursos externos. O crédito direcionado divide-se em habitacional, rural e operações do BNDES (Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social). Existem ainda as operações de leasing e do setor público, que não fazem parte de nenhum dos dois grandes grupos. A tabela a seguir auxilia na visualização da composição da carteira de crédito no Brasil.

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

RECURSOS LIVRES	DOMÉSTICOS	PESSOA FÍSICA
	EXTERNOS	PESSOA JURÍDICA
RECURSOS DIRECIONADOS	HABITACIONAL	
	RURAL	
	BNDES	
LEASING		
SETOR PÚBLICO		

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

O crédito direcionado, em especial, tem sido pauta de discussão no meio econômico, principalmente no que diz respeito aos seus efeitos sobre o spread e volume de crédito. Com a criação do Sistema Financeiro de Habitação, em 1964, foram instituídas regras às instituições financeiras na aplicação de seus recursos. Desde então, o crédito direcionado à habitação tem ocupado espaço importante na carteira de crédito do país. Da mesma forma, mais tarde, o crédito rural passou a ser empregado como crédito direcionado. O crédito direcionado habitacional representa, atualmente, 65% dos depósitos em caderneta de poupança. O rural é aplicado com 25% dos depósitos à vista. As taxas de juros empregadas nesses financiamentos também sofrem restrições, de modo a serem mais acessíveis aos tomadores.

Dessa forma, o direcionamento obrigatório visa corrigir distorções no mercado de crédito, uma vez que problemas de assimetria de informação e

risco moral, entre outros, ocorrem em maior escala nessas modalidades de crédito (BCB, 2004, p.56), especialmente o rural (por falta de acesso à informação a respeito dos tomadores). Um dos principais argumentos para defender o crédito direcionado é de que o volume de empréstimos a esses setores seria demasiadamente baixo.

O setor habitacional é respaldado pela idéia de que tem efeitos multiplicadores na economia. Financiamentos em habitação apresentam retornos importantes sobre o emprego, renda e no desenvolvimento da sociedade (BCB, 2004, p.58). Ademais esse segmento apresenta, normalmente, características deficientes em países subdesenvolvidos e por isso precisaria ser apoiado pela legislação do país em questão.

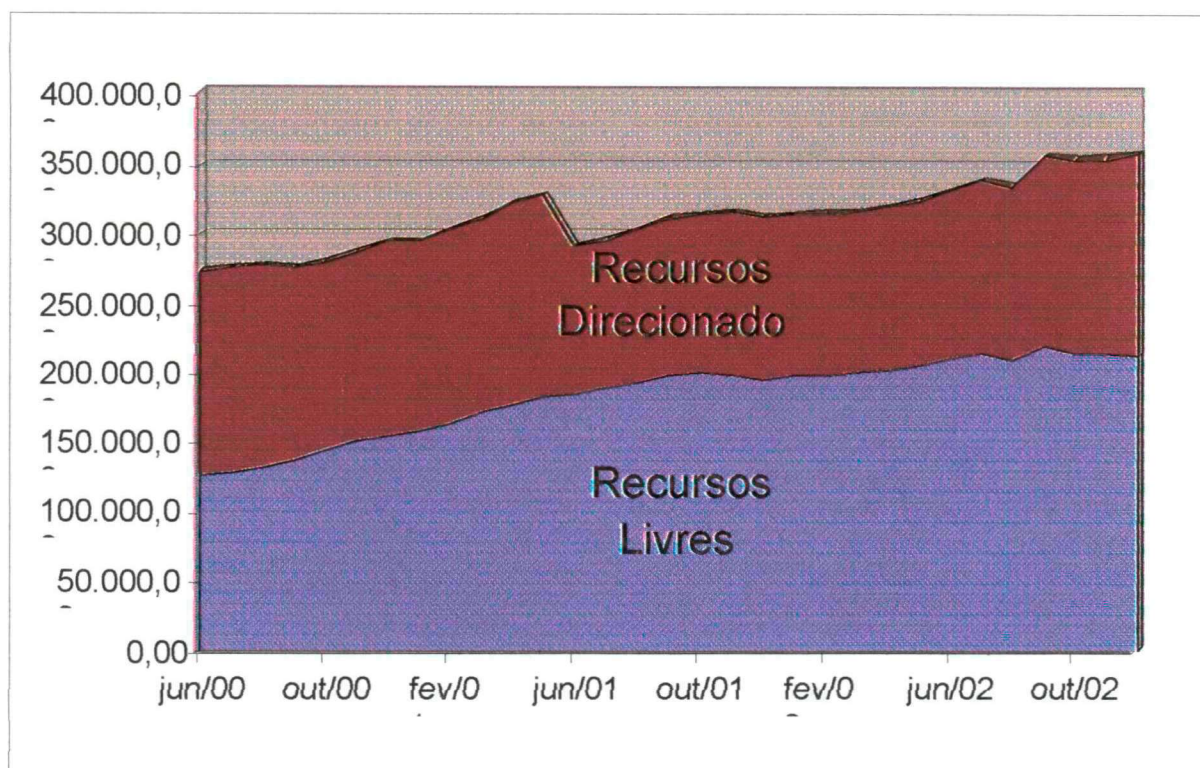
Entretanto, há um debate a respeito de um possível *trade-off* entre o ganho de bem-estar gerado pelo crédito direcionado e a perda de eficiência do setor financeiro e, conseqüentemente da economia, pela redução da margem de manobra em suas decisões financeiras. Isso porque há efeitos sobre o crédito com recursos livres, pois os bancos estariam compensando as perdas de oportunidade ao empregarem maiores taxas nas operações que não sofrem restrições.

Há controvérsia de que os resultados do crédito direcionado habitacional não são satisfatórios. O trabalho de Costa e Lundberg (BCB, 2004, p.51) mostra a evolução dos depósitos em caderneta de poupança, frente aos financiamentos habitacionais efetivos. Esperava-se que essas duas variáveis fossem diretamente proporcionais, contudo, de 1995 a 2004, apresentaram comportamentos antagônicos. Isso pode servir de base a uma crítica sobre a eficiência do crédito direcionado à habitação.

Como contraposição aos resultados do setor rural, há uma discussão em relação aos produtores que estão recebendo esses financiamentos. Segundo o mesmo trabalho mencionado acima (BCB, 2004, p.51), a maioria dos produtores beneficiados por financiamentos em condições especiais seria os de grande porte, capazes de tomar financiamentos com recursos livres no mercado de crédito.

No período analisado, vê-se uma evolução das operações com recursos livres, frente aos direcionados. O gráfico 3 mostra esse movimento, com dados de 2000 a 2002.

GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES E DIRECIONADOS
(em Milhões de Reais)

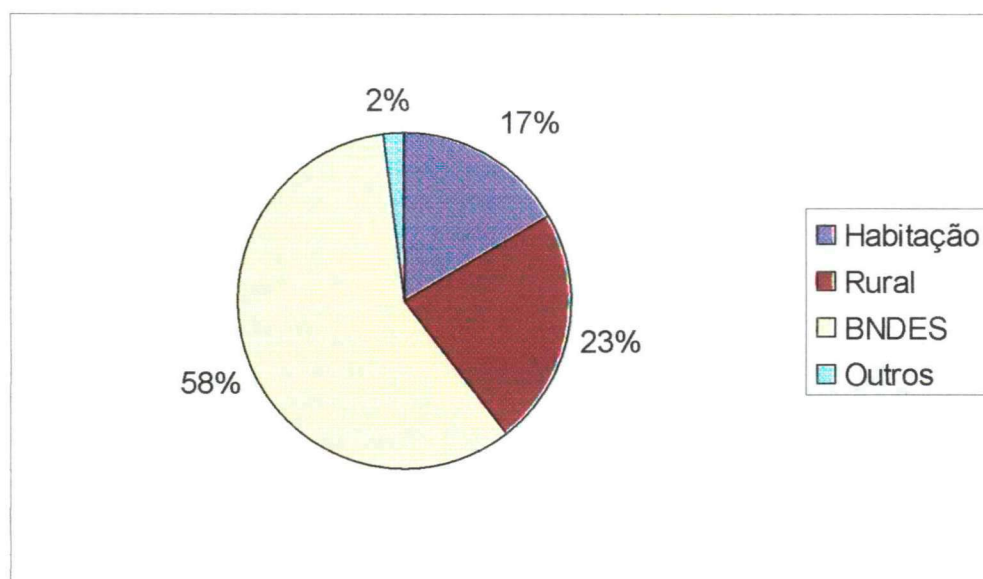


FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Desde junho de 2000 até o final do período compreendido no gráfico o volume de recursos liberados através do crédito direcionado decresceu. De 147 bilhões de reais passou para 139 em dezembro de 2002. Já os recursos livres sofreram um aumento significativo, tanto em volumes absolutos quanto em relação aos recursos direcionados. De 125 bi em junho de 2000, volume inferior aos direcionados, passou para 212 bi, no fim do período.

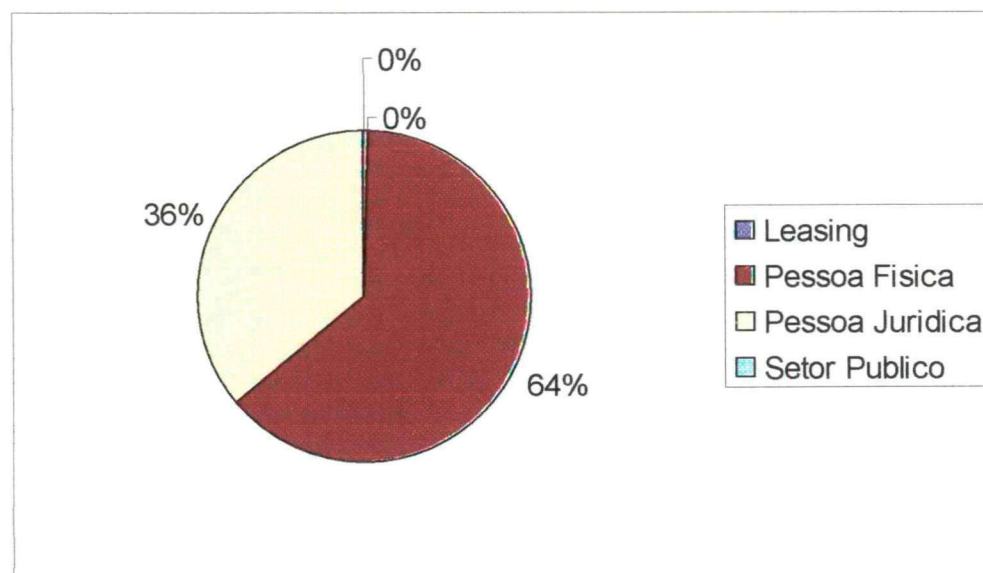
A seguir estão dispostos os gráficos que discriminam a participação de cada modalidade de crédito, dentro do crédito com recursos livres e com recursos direcionados. Destaca-se a forte participação dos financiamentos do BNDES, que são repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), principalmente.

GRÁFICO 5: PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS (%)



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

GRÁFICO 6: PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES, LEASING E SETOR PÚBLICO (%)



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

1.4 CONCLUSÕES

O período de pré-estabilização da economia brasileira, tratado no item sobre os antecedentes históricos, teve fundamental influência no processo tratado nesse capítulo. O fato de haver uma escassez de liquidez no âmbito internacional, somado ao movimento de endividamento do país desde a segunda metade do século XX, fez explodir uma crise sistêmica, com destaque ao decreto de moratória, na década de 1980. Os efeitos desses ocorridos se fizeram sentir nos anos 1990. Para que a estabilização da economia nacional fosse possível, foram empregadas medidas que afetaram sobremaneira a liberação de crédito do sistema financeiro.

Esse processo ficou claro com a apresentação dos dados no capítulo. Em primeiro lugar, ocorreu um processo de estagnação da economia do país, onde o crescimento do PIB real foi pequeno e se observou um movimento claro de “*stop and go*” da dinâmica da economia no país. Mais especificamente, o crédito bancário foi afetado negativamente. O principal indicador do volume de crédito liberado pelo sistema financeiro no país, no período de 1994 a 2002, é a relação crédito/PIB. Observou-se que houve um decréscimo dessa relação no período, sem sinais de retomadas de crescimento em nenhum momento. Fica evidente, então, que o volume de crédito liberado no Brasil sofreu uma redução devido ao ambiente macroeconômico pelo qual passou o país. Destaca-se, ainda, a influência, também negativa, que os choques internacionais do período tiveram sobre o mesmo indicador.

Comparativamente, a relação crédito/PIB do Brasil se mostrou insuficiente, em relação a outros países. Em países também emergentes como o Chile e a Coréia do Sul, o crédito/PIB é significativamente maior. Para dados de 2001, esse índice é de 73% no Chile e de 100% na Coréia do Sul.

No que diz respeito à composição da carteira de crédito no país, as conclusões não são igualmente negativas. Pode-se dizer que o aumento dos volumes liberados com recursos livres representa um ganho para a economia do país, uma vez que podem ser utilizados com mais liberdade pelas instituições (segundo estudo do Banco Central do Brasil, 1999). Entretanto, dentro desse movimento, existe a questão do crédito liberado pelo sistema financeiro. O crédito com recursos livres cresceu no período analisado

impulsionado pelo crédito ao consumo, o que não proporciona tantos ganhos para a economia quanto o crédito que financia investimentos.

2 O CUSTO DO CRÉDITO

Nesse capítulo pretende-se fazer uma análise descritiva do custo do crédito no país no período de 1994 a 2002. Para isso, será utilizado o *spread* bancário como principal indicador a ser usado. Primeiramente, será realizada uma descrição do comportamento do *spread* bancário no período analisado, apontando os principais fatores que influenciaram esse movimento. Em seguida analisar-se-á a decomposição do *spread*, a fim de se saber quais são os seus componentes e qual a importância de cada um na formação do custo médio dos empréstimos no Brasil.

2.1 A EVOLUÇÃO DO SPREAD NO PERÍODO

A evolução do *spread* bancário é acompanhada, naturalmente, pela evolução explanada a respeito do volume de crédito no Brasil, no capítulo anterior deste trabalho. É evidente que os movimentos do *spread* afetam inversamente o volume de crédito do sistema financeiro, já que o *spread* discrimina os custos do crédito.

O contexto brasileiro antes de 1994 era de grande instabilidade, com a crise causada pela hiperinflação. Devido, entre outros fatores, aos ganhos com o *floating*, o crédito bancário não era priorizado pelas instituições financeiras (BARROS & ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.4). Por isso, o custo do crédito era demasiadamente alto. Em 1994, o *spread* médio anual rompeu a marca de 120%. Além desse contexto inicial, o período de 1994 a 2002 foi marcado por flutuações no nível de *spread* que seguiram os vários choques macroeconômicos internacionais e que afetaram não só o Brasil, mas as economias emergentes como um todo.

No início do processo de estabilização, ocorrida a partir de Julho de 1994, houve uma trajetória de queda acentuada do *spread* bancário. Entretanto, os efeitos da crise sistêmica no México se fizeram sentir no sistema financeiro brasileiro. Ocorreu uma séria crise de inadimplência nas operações

de crédito, o que resultou em um novo aumento nos níveis de *spread* por parte dos bancos.

De 1996, até a segunda metade do ano de 1997, o movimento foi de forte baixa. De 127% ao ano em Dezembro de 1995, o *spread* caiu para 56,37% em Dezembro de 1996. A taxa mais baixa do ano de 1997 foi alcançada em Outubro, 50,67% (segundo dados do BCB). O mês de Novembro do mesmo ano deu início a uma nova tendência de alta do *spread*. Isso ocorreu devido à crise da dívida pública brasileira, que afetou as instituições financeiras no que diz respeito à avaliação de riscos. Com isso, o *spread* tornou a aumentar.

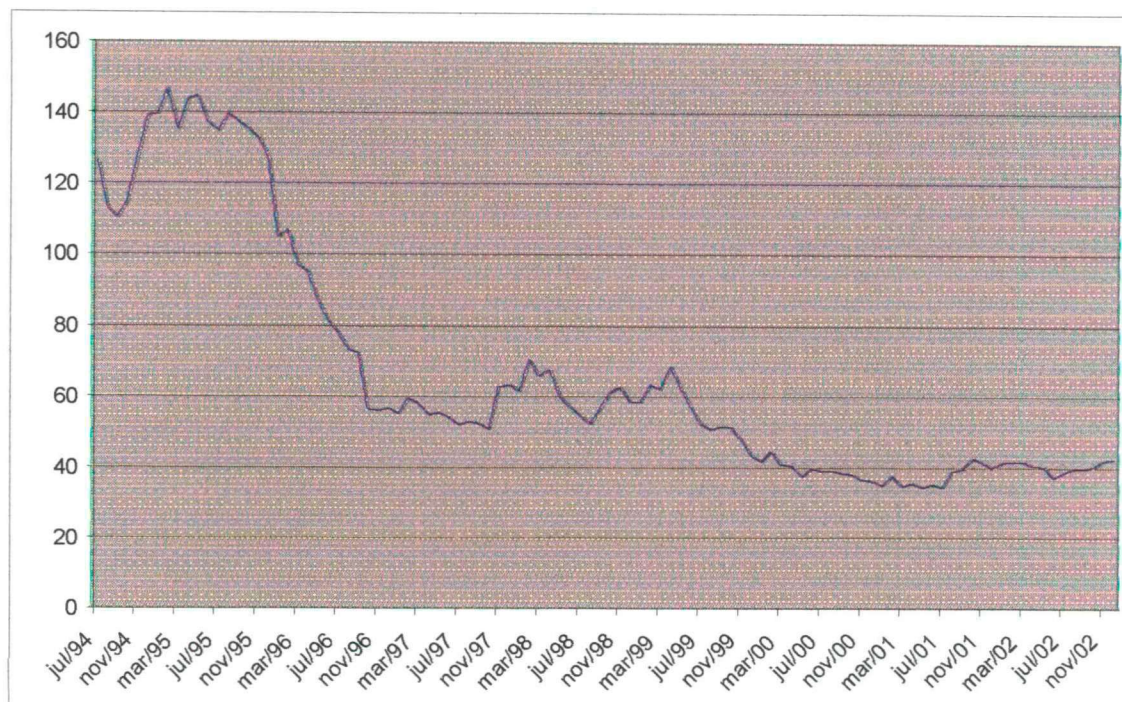
Nos anos de 1998 e 1999 houve oscilações significativas no *spread* bancário, devido ao ambiente econômico internacional desfavorável às economias emergentes. Especificamente, o Brasil sofreu com sucessivos ataques especulativos, pela alta volatilidade no fluxo de capitais externos. Com isso, o regime cambial entrou em crise, resultando na adoção do câmbio flutuante em 1999.

O triênio 2000-2002 apresentou o *spread* em níveis próximos de 40% ao ano. Esse processo refletiu o movimento de semi-estagnação da economia brasileira, com níveis muito baixos no crescimento do PIB real.

Segundo Luiz Fernando de Paula (In SISCÚ, 2003) as principais conclusões a respeito dessa evolução do *spread* são: o *spread* caiu vertiginosamente após a implantação do plano real; apesar dessa queda, o *spread* continuou a ser praticado em níveis muito elevados, dentro de um senso comum no sistema financeiro internacional, pois existe uma relação direta entre o *spread* bancário brasileiro e o ambiente macroeconômico internacional.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do *spread* no período descrito. Pode-se notar os movimentos causados pelas sucessivas crises que afetaram o país, tal como descrito nesse capítulo.

GRÁFICO 7 – A EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO DE 1994 A 2002



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Em se tratando de parâmetros internacionais para o *spread* bancário, a problemática brasileira fica mais evidente. Apesar de o período analisado demonstrar uma queda significativa desse indicador, a comparação internacional, inclusive com países emergentes, não revela um quadro favorável ao Brasil.

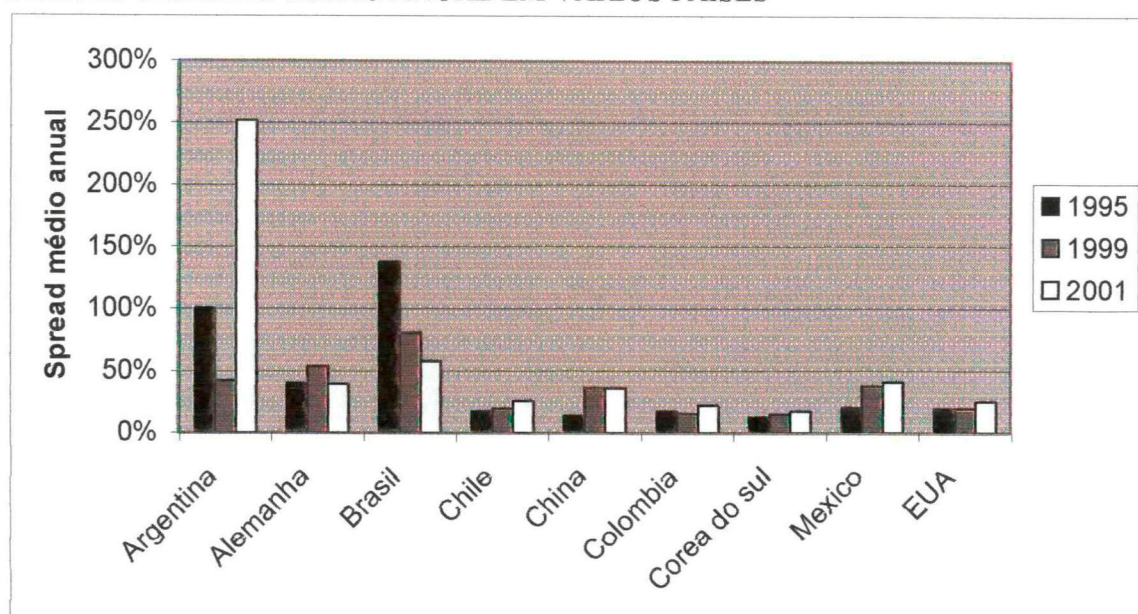
Em relação a países desenvolvidos, existe uma grande diferença entre os *spreads* bancários. A Alemanha, no ano de 2001, registrou taxa de 39% ao ano. Já os Estados Unidos, taxa de 25% para o mesmo ano, contra 58% no Brasil. No início do período, a diferença era maior. O Brasil possuía taxas de 138% ao ano em 1995, contra 40% e 19% na Alemanha e Estados Unidos, respectivamente. Considera-se aqui os dados segundo a metodologia usada pelo FMI (Fondo Monetario Internacional, 1999).

Uma comparação entre o Brasil com a Coreia do sul, demonstra diferenças significativas. O *spread* coreano variou de 13% a 17% de 1995 a 2001. Já o México, que é um país com características mais próximas do Brasil, a diferença continuou significativa. O México teve, em 2001, *spread* de 41% ao

ano, notavelmente menor que o Brasileiro. O *spread* Argentino manteve-se abaixo do brasileiro, com exceção do ano de 2001, quando ocorreu moratória nesse país.

O gráfico ilustra essa comparação.

GRÁFICO 8: SPREAD MÉDIO ANUAL EM VÁRIOS PAÍSES



FONTE: FONDO MONETARIO INTERNACIONAL

2.2 A DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO

O Banco Central do Brasil divulga a decomposição do *spread* para as operações de crédito livre com taxas de juros pré-fixadas. Essa publicação passou a ser realizada formalmente em 1999, com o lançamento do projeto “Juros e *Spread* Bancário”. Esse projeto tem por objetivo melhor esclarecer as condições da formação das taxas de juros e *spread* praticados no país, bem como oferecer base empírica para tomada de medidas que reduzam essas taxas. É consenso, na literatura QUE SEGUE A LINHA DE PESQUISA DO Banco Central do Brasil, que os níveis de juros e *spread* foram demasiadamente altos, desde a década de 1980. Esses estudos são feitos pelo Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central do Brasil (BCB). Neste item, será seguida a metodologia apresentada pelo BCB.

A decomposição do *spread* bancário é importante para o entendimento da formação dos custos do crédito ao tomador. É relevante analisar cada variável que o compõe, na tentativa de se identificar as principais razões pelas quais o *spread* bancário tem sido tão elevado no país.

Entram na metodologia do BCB como componentes do *spread* bancário os seguintes itens: cunha fiscal, custos administrativos, custos com inadimplência, margem líquida das instituições e depósitos compulsórios, a serem tratados a seguir.

2.2.1 Cunha Fiscal

Defini-se como cunha fiscal a parte recebida pelo governo do custo total do empréstimo ao tomador. A tributação que incide sobre o crédito bancário se divide em impostos diretos e indiretos. Os primeiros são aqueles que incidem diretamente sobre o valor adicionado dos bancos, portanto, os que afetam o custo de todas as modalidades de crédito. A Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda (IR) cumprem essas especificações. Compõem os impostos indiretos o IOF (imposto sobre operações financeiras), as contribuições para o PIS/PASEP e CONFINS. Estes incidem de maneiras variadas sobre as diferentes modalidades de crédito. Imputa-se juntamente com os impostos indiretos a contribuição para o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que tem a função de amenizar os riscos nas operações de crédito do sistema financeiro. Outro imposto que incide sobre as operações de crédito é a CPMF (contribuição provisória sobre movimentações financeiras). Segundo estudo de metodologia do BCB (Banco Central do Brasil, 1999, p.22), esse imposto não tem influência significativa sobre o *spread*, já que incide de maneira equivalente sobre os ofertantes e demandantes de crédito, o que não afeta a diferença entre essas taxas.

O trabalho “A Cunha Fiscal Sobre a Intermediação Financeira” (CARDOSO-KOYAMA, 1999) trouxe uma tentativa de dimensionar o impacto dessa carga tributária sobre o *spread*. Foram utilizadas formulações matemáticas para calcular a incidência de impostos sobre a intermediação

financeira em relações que utilizam captações de recursos a prazo. A captação de recursos é relevante para o objetivo pretendido, uma vez que a instituição financeira necessita de reservas técnicas para realizar os empréstimos. Ou seja, as condições de captação de recursos afetam o custo final do crédito ao tomador, e isso envolve a cunha fiscal sobre as operações de captação. Pela formulação explicitada no estudo, foi estimado o impacto desses impostos sobre o custo do crédito bancário. A tabela 2 demonstra esse impacto, juntamente com as demais variáveis da composição do spread bancário.

Em linhas gerais, o ganho do banco se dá pela diferença entre a soma dos juros sobre os empréstimos realizados mais a remuneração dos depósitos compulsórios e a soma dos juros pagos aos ofertantes de recursos. Os valores referentes à tributação influem, portanto, diretamente sobre o spread.

2.2.2 Custos Administrativos

Parte da decomposição do *spread* constitui os custos administrativos. Estes são referentes aos processos indispensáveis para o bom funcionamento do mercado e das operações de crédito. Naturalmente, os bancos têm custos na implementação de suas atividades, que são repassados aos tomadores. Os principais custos administrativos são: custo de pessoal, tamanho da agência (por suas implicações físicas), infra-estrutura administrativa, processos (corriqueiros / burocráticos), sistemas e produtividade dos profissionais (FORTUNA, 2002, p.175). Este é um item notável na formação do *spread*. Suas dimensões dependem, basicamente, do funcionamento das instituições financeiras, como empresas de mercado, e das condições do sistema financeiro em questão. Portanto, fatores como a concorrência entre os bancos e questões regulatórias e normativas são de extrema importância para a formação desse componente do *spread*.

2.2.3 Custos com Inadimplência

Para entender como a inadimplência nas operações de crédito é onerosa, é necessário aplicar o conceito de risco de crédito. Na medida em que o banco não conhece de maneira plena o tomador e a sua capacidade de pagamento, aplica-se uma elevação na taxa de juros do empréstimo. Isso se reporta à possibilidade de não pagamento do empréstimo. Ou seja, quanto maior a incerteza em relação ao tomador, maior será a taxa de juros cobrada na operação (CARVALHO, et al, 2000, p. 322). Alguns órgãos foram criados para reduzir essa assimetria de informação, tal como o Serviço de Proteção ao Crédito. Quando o índice de inadimplência é alto em determinada região ou situação, a taxa de juros cobrada pelo banco para efetuar o crédito tende a sofrer uma elevação, o que aumenta significativamente o spread.

A mensuração do peso da inadimplência no *spread* foi feita em estudo do BCB, dada uma amostra dos balanços dos maiores bancos do país (BCB, 1999, p.20). Conclui-se que se trata de uma variável bastante subjetiva, no que diz respeito a sua mensuração. Entretanto, seus efeitos são claros, pela experiência que existe nos mercados financeiros em todo o mundo. No Brasil, a crise de inadimplência do setor financeiro em 1995⁴ foi um exemplo claro. Um aumento do número de maus pagadores nas operações de crédito foi acompanhado por um movimento de alta dos *spreads* bancários.

2.2.4 Depósito Compulsório

O depósito compulsório tem a função de complementar a política monetária do Banco Central, para controlar a liquidez das instituições financeiras. O compulsório influi no spread através da alavancagem financeira dos bancos. Conforme já comentado neste trabalho os bancos precisam de reservas técnicas para poder realizar empréstimos. Ao fazer depósitos no BCB, o banco perde reservas em caixa para alavancar as operações de crédito. O

⁴ Assunto tratado no capítulo concernente à evolução do crédito bancário

trabalho de Rodrigues e Takeda (BCB, 2004) mostra que existe uma relação direta entre o compulsório e o *spread* praticado pelos bancos.

2.2.5 Margem Líquida

A margem líquida dos bancos engloba o resíduo do *spread* bancário, depois de avaliadas todas as variáveis da sua composição, segundo a metodologia adotada pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, compõem a margem líquida não somente o lucro dos bancos, mas também as compensações para operações obrigatórias não lucrativas (como o crédito rural) e possíveis erros e omissões nos cálculos realizados. Contudo, esse componente define uma questão importante para a análise. Lucros altos dos bancos podem representar, também, alto ônus para a população que utiliza o sistema bancário. Nesse sentido, a margem líquida dos bancos pode revelar se o setor financeiro está atuando em condições legítimas em relação ao cumprimento de suas funções principais: intermediar e multiplicar os recursos presentes no país. Se há um lucro muito alto dessas instituições, em comparação com instituições da mesma natureza em outros países, conclui-se que haveria espaço para uma redução no *spread* e, conseqüentemente, um aumento do volume de crédito.

TABELA 2 – DECOMPOSIÇÃO DO CUSTO DO EMPRÉSTIMO PARA O TOMADOR PESSOA JURÍDICA

Taxas Adotadas na Simulação %				
Taxa de empréstimo (ano)	20,00	30,00	40,00	50,00
Taxa de remuneração do compulsório (ano)	19,50	19,50	19,50	19,50
Taxa de captação (ano)	19,50	19,50	19,50	19,50
Decomposição do empréstimo para o tomador - Pessoa Jurídica -				
Prazo da operação: 12 meses				
Participação Relativa na Taxa de empréstimo %				
Captação	88,60	60,87	46,37	37,44
Compulsório	0,02	0,02	0,01	0,01
FGC	1,04	0,71	0,54	0,44
PIS	0,58	0,52	0,50	0,48
COFINS	1,73	1,54	1,45	1,39
IOF	4,28	2,94	2,24	1,81
Despesa Adm (0,15%ao mês)	8,18	5,62	4,28	3,46
Despesa de inadimplência(1,09%ao mês)	59,43	40,83	31,10	25,11
IR/CSLL do banco	0,00	0,00	3,19	9,57
Lucro líquido do banco	-72,99	-19,41	5,43	16,30
CPMF	9,13	6,35	4,89	4,00
Custo do tomador	100,00	100,00	100,00	100,00

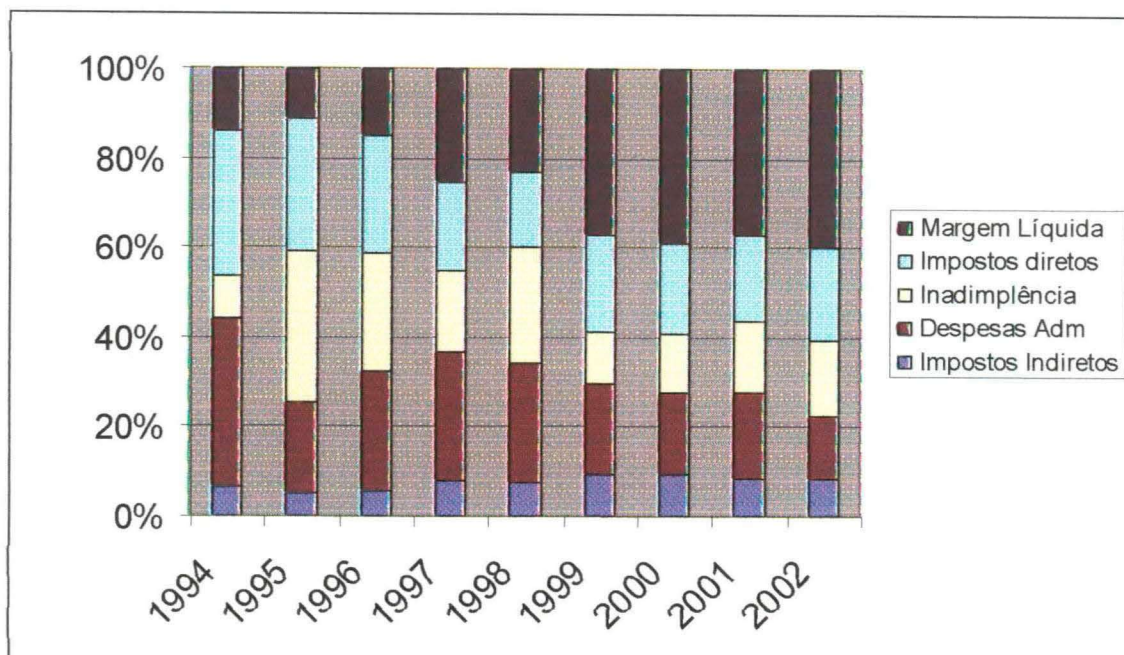
EXTRAÍDO DE: CARDOSO E KOYAMA, 1999

FONTE: Elaboração dos autores

A tabela mostra a simulação usada por Cardoso e Takeda (BCB, 2004, p.45) segundo uma amostra dos balanços dos maiores bancos do país, para o tomador pessoa jurídica, apenas a título de exemplificação. As taxas de captação foram usadas seguindo-se a taxa Selic na ocasião da elaboração do estudo, 19,5% ao ano. No que tange as taxas de empréstimos, foram aplicadas quatro situações: 20%, 30%, 40% e 50% ao ano. O prazo de operação foi de doze meses. Nessa situação, pode-se extrair a participação de cada componente do spread bancário, em relação ao total praticado. Para taxas de empréstimos de 50% ao ano, por exemplo, temos uma participação de 17,69% da cunha fiscal (impostos diretos, impostos indiretos, Fundo Garantidor de Crédito e compulsório). Custos com inadimplência representaram 25,11%, já os custos administrativos e os lucros das instituições financeiras tiveram, juntos, uma participação de 19,75%. Para este caso, o *spread* bancário seria de 30,5% ao ano (50%-19,5%).

O gráfico que segue demonstra a evolução da decomposição do spread bancário, no período de 1994 a 2002.

GRÁFICO 9: DECOMPOSIÇÃO CONTÁBIL DO SPREAD MÉDIO DOS BANCOS BRASILEIROS (1994-2002)



Extraído de: de Paula (et al)

FONTE: Coutinho (2003) e Banco Central do Brasil

2.3 CONCLUSÕES

No que diz respeito especificamente ao *spread* bancário, pode-se auferir algumas conclusões. Em primeiro lugar, no período pré-estabilização, na década de 1980 o *spread* tinha níveis extremamente elevados. Conclui-se, portanto que este é afetado sobremaneira por crises pelas quais passou o Brasil na década de 1980.

Fica evidente, analisando-se os valores apresentados da evolução do *spread* de 1994 a 2002, que o processo de estabilização pelo qual passou a economia brasileira foi de extrema importância para a redução desse indicador. Por isso observou-se uma queda acentuada desses valores desde junho de 1994. Entretanto, se se comparar os valores do *spread* brasileiro com outros países, o resultado não é tão positivo. Mesmo com a redução de 1994 a 2002, o nível do *spread* médio anual no Brasil é mais elevado do que em outros países, inclusive emergentes como Colômbia, Chile e México.

A respeito da decomposição do *spread*, vale salientar que a tentativa de explicar os componentes que compõem tal variável é extremamente válida, o que justifica as publicações recentes do Banco Central do Brasil sobre essa discussão. Isso se deve ao fato de que, para reduzir os *spreads* praticados no mercado bancário brasileiro, é necessário haver uma visão analítica sobre a questão.

Segundo a forma utilizada para apresentar essa decomposição nesse trabalho, pode-se auferir alguns resultados qualitativos interessantes. Observou-se, no período de 1994 a 2002, que a variável despesas administrativas decresceram. Tal movimento revela uma redução de custos nas gestões dos bancos, que podem ser provenientes do processo de modernização, redução nos quadros de funcionários, etc. Não se pretende discutir nessa pesquisa tais questões. O que é relevante no contexto desse trabalho é que essa redução proporcional dos valores gastos com despesas administrativas foi, de certa forma, transferido para o componente margem líquida dos Bancos. Este incorpora o lucro dos bancos. Os efeitos desse processo se fazem sentir na economia como um todo, uma vez que tais recursos poderiam estar sendo multiplicados na economia.

Outra questão importante que pode-se concluir da participação de cada componente no *spread* foi o aumento notável dos custos com inadimplência de 1994 para 1995, o que vem a contribuir com a análise feita a respeito da evolução do *spread*, no início desse capítulo. A crise de inadimplência ocorrida em 1995 foi determinante para reverter o aumento do volume de crédito do sistema financeiro nacional que se esperava após a implantação do Plano Real.

Em linhas gerais, o capítulo mostra que os níveis do *spread* médio anual no país são bastante elevados, o que explica em grande parte o fato de o volume de crédito liberado é baixo, em relação ao PIB.

3 A CONCENTRAÇÃO DO CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL

Neste capítulo buscar-se-á esclarecer o processo de concentração do crédito no Brasil, no período de 1994 a 2002. Para tanto, será necessário descrever o processo de concentração bancária pelo qual passou o Brasil, no mesmo período. Para tanto, será feita uma distinção entre os processos de concentração, a concentração do mercado bancário em menos instituições, e a concentração setorial dos volumes de crédito em relação aos diferentes estados da federação.

3.1 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DO MERCADO BANCÁRIO NO PERÍODO

No período anterior a 1994, o Brasil experimentou uma conjuntura de muita incerteza e crise no setor financeiro, conforme já especificado neste trabalho. Com a implantação do Plano Real, em 1994, houve mudanças estruturais especialmente o setor bancário.

Com essa conjuntura, iniciou-se o movimento de concentração bancária mais notável no país. Dezessete bancos, entre eles o Banco Econômico e o Banco Nacional, tiveram de sofrer intervenções diretas do Banco Central, devida às dificuldades estruturais que passaram. A esse respeito, Vasconcelos (2003, p. 3) diz:

Diante desses fatos, observa-se a fragilidade pela qual passava o sistema bancário brasileiro. Com isso, o governo federal buscou tomar medidas no sentido de estruturar os bancos para o novo cenário econômico. De modo a acompanhar as diretrizes econômicas do Plano Real e do governo Fernando Henrique Cardoso, o estado favoreceu a entrada de bancos estrangeiros no país e a aglomeração dos bancos nacionais em poucos grupos. O primeiro grande estrangeiro a fazer aquisição no Brasil foi o HSBC, em 1997, com a compra do Bamerindus. Com esta política, o governo sinalizou que apoiaria a venda dos bancos em dificuldade para grupos estrangeiros, ao invés de dar apoio a instituições em dificuldade, evitando falências.

Esta foi a forma de reestruturação do sistema. A internacionalização e incorporação dos bancos de pequeno e médio porte pelos conglomerados estrangeiros ou nacionais, com sede em São Paulo. Considera-se como

grande grupo brasileiro do setor, excetuando-se os bancos federais, o Bradesco, o Itaú e o Unibanco. Ocorreu, também, uma série de privatizações de bancos públicos de caráter regional. O quadro 1 apresenta a nova reestruturação do sistema bancário, pelas aquisições feitas pelos grandes grupos, segundo VASCONCELOS (2003).

Pode-se observar no quadro a seguir, o claro crescimento dos grandes conglomerados estrangeiros e a formação dos grandes grupos nacionais. A redução no número de instituições bancárias atuando no país fica evidente.

QUADRO 1 – CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: 1995-2003

1995	2003	1995	2003
Bradesco (SP) BCN (SP) Credireal (MG) Baneb (BA) Boavista (RJ) BEA (AM) Mercantil de SP (SP) Bilbao Vizcaya (SP) Excel (sp) Econômico (BA) Banco Cidade (SP)	Bradesco (SP)	Santander (SP) Banespa (SP) Geral do Comércio (SP) Noroeste (SP) Bozano Simonsen (RJ) Meridional (RS)	Santander (SP)
Multibanco (RJ) Nations Bank (RJ) Liberal (RJ)	Bank of America (RJ)	ABN Amro (SP) Real (SP) Bandepe (PE) Paraiban (PB) Sudameris (SP)	ABN Amro (SP)
Itaú (SP) Banerj (RJ) Berme (MG) Banestado (PR) BEG (GO) América do Sul (SP) BBA Creditanstalt (SP)	Itaú (SP)	Unibanco (SP) Nacional (MG) Sul América (SP) Dibens (SP) Bandeirantes (SP) Banorte (PE) Credibanco (RJ)	Unibanco (SP)

Extraído de: VASCONCELOS, 2003, p. 5.

Fonte: Dados do BACEN

O total de bancos em funcionamento no país caiu de 246 em 1994 para 167 em 2002, fruto de uma queda vertiginosa da atuação de bancos públicos estaduais e de bancos privados nacionais, como poderá ser visto na Tabela 3, a seguir.

TABELA 3- NÚMERO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM FUNCIONAMENTO

Data	jun/94	dez/00	dez/02
Bancos Públicos Federais	6	5	9
Múltiplos e Comerciais	4	3	7
de Desenvolvimento	1	1	1
Caixa econômica Federal	1	1	1
Bancos Públicos Estaduais	34	17	6
Múltiplos e Comerciais	26	13	6
de Desenvolvimento	7	4	0
Caixa Econômica Estadual	1	0	0
Bancos Privados Nacionais	147	76	80
Bancos com Controle Estrangeiro	19	13	62
Bancos Privados nacionais com Partição Estrangeira	19	59	10
Total	246	197	167

Extraído de: VASCONCELOS, 2003, p. 4.

Fonte: Dados da imprensa

Em suma, fica evidente o processo de concentração bancária que passou o Brasil no período analisado. Reduziu-se o número de bancos, que foram incorporados aos grupos estrangeiros e nacionais com sede em São Paulo. Estes passaram a ocupar uma fatia muito maior do mercado. Entretanto, as implicações deste movimento no sistema financeiro não são visíveis a priori pelos agentes. Há vários efeitos deste processo, sobretudo em relação às disparidades regionais do país, que influem significativamente no processo de desenvolvimento das diferentes regiões.

3.2 A CONCENTRAÇÃO SETORIAL DO CRÉDITO NO BRASIL

O processo descrito no item anterior, a princípio, segue as diretrizes não só nacionais, mas mundiais. A concentração bancária e a privatização de bancos públicos de pequeno ou médio porte ocorreram em vários outros países, como mostra PATTI e GOBBI (In: VASCONCELOS, 2003, p. 6), para o caso italiano. Entretanto, quando se trata de um país de maior dimensão e disparidade regional mais evidente, os efeitos de tal concentração no sistema bancário ficam mais claros.

Por si só, o sistema financeiro, e mais especificamente o bancário, concentram boa parte dos recursos a serem empregados na economia. A nova disposição do sistema financeiro brasileiro, com as medidas do Plano Real para o setor, apresenta como principais emprestadores do varejo os bancos múltiplos. Estes são provenientes de São Paulo ou de fora das fronteiras do país, conforme já comentado. Sendo assim, não sobram ao tomador de crédito muitas opções para obter financiamentos. Considerando a atuação em menor escala das cooperativas e sociedades de crédito, o banco é o principal fornecedor de recursos em regiões menos desenvolvidas. Todavia, a liberação do crédito é efetuada mediante a análise das informações disponíveis sobre o tomador e o seu projeto, acertando-se em contrato os prazos e juros, se o crédito for liberado (CARVALHO, 2000, p. 276-277).

Como simplificação, toma-se o exemplo extremo do estado de São Paulo como região central e os estados do norte e nordeste do país como exemplos de regiões periféricas, segundo o referencial teórico.

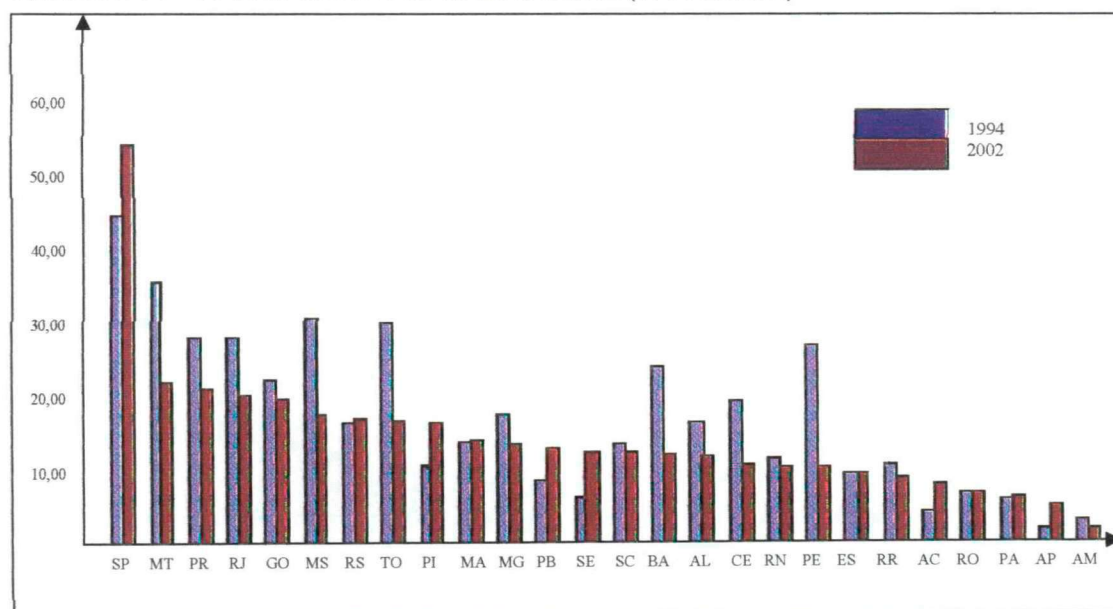
Com este procedimento na negociação do crédito bancário, nota-se uma primeira divergência entre as regiões periféricas e centrais: a questão da informação. Estados mais desenvolvidos gozam de um sistema de informações mais avançado, que leva os bancos a poderem reduzir suas estimativas de risco. Ademais, no caso de empresas há muitos anos no mercado, possivelmente existiram transações anteriores destas com os principais bancos, o que facilita ainda mais a análise de riscos. Portanto, regiões periféricas estão mais sujeitas à não liberação de crédito por assimetria informacional. Neste ponto fica óbvia a vantagem que teria um banco regional atuando na sua região de origem, uma vez que tem possibilidades, por especialização, de conhecer mais informações sobre os tomadores e projetos da sua vizinhança em relação aos bancos centrais.

Ao racionar crédito por assimetria informacional, os bancos acabam captando recursos nas regiões periféricas do país e financiando empresas ou consumidores nas regiões centrais. Neste caso, além da transferência direta de recursos, existe uma fuga indireta de renda, na forma de empregos indiretos, arrecadação estadual de impostos, entre outros.

Ainda na questão da informação, o banco pode favorecer empresas filiais de grandes grupos, com sedes nas regiões mais desenvolvidas, que porventura se instalem em outros estados, em detrimento das empresas locais. Dessa forma, ocorre uma transferência indireta de recursos, pois as filiais, normalmente, mantêm as relações com fornecedores e prestadores de serviço que tinham nas regiões de origem (AMADO, 1999, p. 218-219). Ou seja, o crédito a ser empregado na região local não terá o mesmo impacto que teria no desenvolvimento da região se fosse empregado em empresas locais.

Observa-se, assim, que o nível de concentração bancária acentua as disparidades regionais, no que diz respeito ao crédito bancário. O gráfico X mostra a relação entre o crédito bancário e o produto interno bruto (PIB) estadual, para diversos estados brasileiros, nos períodos de 1994 e 2002.

GRÁFICO 10 – RAZÃO CRÉDITO/PIB ESTADUAL (1994 E 2002)



Extraído de: VASCONCELOS

Fonte: Dados do SISBANCEN e Contas Regionais IBGE

Esse gráfico prova a diferença na liberação de crédito, em relação ao PIB estadual entre o estado de São Paulo e regiões periféricas, como o Amapá. Além disso, com o processo de concentração bancária, ocorrido entre 1994 a 2002, essa diferença acentuou-se ainda mais.

Outros fatores ainda podem influir na disparidade de crédito entre diferentes estados do país. Por exemplo, o simples desenvolvimento do

sistema de pagamentos, avanços tecnológicos e criações de facilidades nas transações podem vir a favorecer o emprego de recursos nestas regiões. O desenvolvimento do mercado financeiro de títulos, mediados pelos bancos múltiplos com carteira de investimento, pode resultar em um escoamento de renda para os centros financeiros (mais especificamente para grandes empresas que têm a possibilidade de emitir títulos).

Com isso, pode-se observar a posição de que o crédito bancário brasileiro possui uma disparidade regional importante. Há uma concentração das operações de crédito no sudeste e sul do país, em detrimento das demais regiões. Se se considerar o efeito multiplicador que a intervenção bancária, por meio do crédito, imposto à economia, fica claro que as regiões centrais do país sofrem mais esse efeito. Dessa forma, tais regiões têm a tendência de se desenvolver mais que as periféricas, aumentando ainda mais a distância entre elas. Pode-se observar, ainda, que no período analisado, tanto a concentração bancária quanto a concentração do crédito aumentou significativamente.

3.3 CONCLUSÕES

O processo de concentração do mercado bancário no Brasil de 1994 a 2002 foi acentuado, segundo os dados apresentados nesse capítulo. De um total de 246 instituições financeiras monetárias no país em 1994, houve um decréscimo para 167 instituições em 2002. Tal processo termina por reduzir os níveis de concorrência entre os bancos. Além disso, revelou as vantagens comparativas das instituições do sudeste brasileiro em detrimento de bancos de estados mais afastados dos centros financeiros do país. O quadro 1 mostra que os grandes conglomerados do setor formaram-se com os bancos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em relação a concentração dos volumes de crédito entre os estados da união, tem-se que foi acentuada uma questão que já existia no país. Em 1994 já era evidente o fato de que a relação crédito/PIB estadual era maior em estados mais centrais. Em especial, o caso do estado de São Paulo é o mais

visível. Além de já incorporar a maior relação crédito/PIB, este estado foi um dos poucos que aumentou esse indicador até 2002.

4 A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA SOBRE O CRÉDITO BANCÁRIO

Neste capítulo, pretende-se investigar o impacto que a política monetária, mais especificamente a taxa de juros básica da economia, teve sobre o crédito no Brasil, de 1994 a 2002. A relação taxa de juros básica-crédito, existe e é significativa para uma análise empírica. Toma-se, obviamente, a meta da taxa Selic, definida em comitê pela autoridade monetária do país como a taxa básica a ser considerada. Essa análise se justifica na medida em que pretende-se relacionar a hipótese do comportamento do crédito no Brasil no período em questão como decorrente em grande escala da política monetária empregada. Essa é a hipótese de que há uma grande influência macroeconômica sobre o crédito liberado pelo sistema financeiro no país, e esse processo é bastante visível no período de 1994 a 2002.

Para tanto, subdivide-se o capítulo em alguns tópicos centrais: a estrutura da política monetária; a questão do custo de oportunidade dos investimentos produtivos; a análise do canal de transmissão de política monetária através do crédito; as especificidades dos países emergentes; e, por fim, uma breve explanação sobre os efeitos da política monetária adotada no Brasil a partir de Julho de 1994.

4.1 A ESTRUTURA DA POLÍTICA MONETÁRIA

Em CARVALHO (2000) tem-se uma explicação a respeito da estrutura de política monetária utilizada pela maioria dos bancos centrais em todo o mundo. Tal estrutura define os objetivos finais, as metas intermediárias e os instrumentos de política monetária.

É consenso nos estatutos da maior parte dos bancos centrais que o objetivo final de uma política monetária é a estabilização de preços. Contudo, esse não é o único objetivo de um banco central, na medida em que pode-se objetivar outros pontos importantes, como um maior nível de emprego,

crescimento do produto do país, estabilidade nas taxas de câmbio, etc. Deve-se destacar que a manutenção do funcionamento do sistema financeiro é uma questão importante, também, para um banco central.

Para ter sucesso em uma política monetária, o banco central usa de alguns instrumentos, ou seja, a política é definida previamente. No caso brasileiro isso é feito no Comitê de Política Monetária (COPOM), e operacionalizada de modo a alcançar os objetivos definidos. O recolhimento compulsório, o redesconto de liquidez e as operações de mercado aberto constituem os três principais instrumentos de política monetária no Brasil (CARVALHO, 2000, p.120). O compulsório, conforme já abordado nessa pesquisa, é o recolhimento obrigatório que cada banco deve fazer junto ao banco central, seguindo os volumes de depósitos que cada instituição recebe. Esses depósitos diminuem a capacidade de alavancagem de empréstimos dos bancos, uma vez que estes emprestam segundo o nível de reservas que têm disponível em caixa. Já o redesconto de liquidez tem influência no sistema bancário seguindo-se as taxas de redesconto definidas pelo BCB. Quando um banco entra em dificuldades de honrar seus compromissos no curto prazo, ele recorre aos empréstimos interbancários e, em última instância, ao banco central. Se o banco central define taxas punitivas às instituições que recorrem ao redesconto de liquidez, os bancos certamente irão emprestar menos, de modo a correr menos riscos. As operações de mercado aberto constituem a porta de entrada para a atuação do BCB diretamente no mercado financeiro. Isso se dá pela compra e venda de ativos. Se o banco central procura expandir o meio circulante na economia, ele entra comprando títulos públicos. Se o pretendido for a redução do nível de moeda na economia, deve entrar vendendo títulos.

Todos os três instrumentos clássicos de atuação do banco central em política monetária passam por uma meta operacional, que é o controle da liquidez da economia. Esse é o principal ponto a ser relevado pela autoridade monetária. Busca-se ajustar a demanda das instituições financeiras monetárias por reservas, de modo a estabilizar a taxa de juros nos padrões definidos anteriormente. A passagem de Carvalho (2000, p.127) explica melhor essa questão. “Através do gerenciamento diário de liquidez o Banco Central procura

contrabalançar os movimentos de liquidez das variações autônomas das reservas bancárias, de modo a manter em equilíbrio o mercado de reservas, visando neutralizar as oscilações da taxa de juros básica decorrentes dessas variações autônomas”.

Para a estabilidade de preços da economia, é indispensável que o nível de moeda em circulação esteja coerente com as políticas do banco central. Com o regime de metas de inflação adotado no Brasil, após a implantação do Plano Real, esses instrumentos têm sido usados largamente, de modo a alcançar as metas definidas pelo BCB.

Dentro dessa prática de fixação de metas para a inflação no Brasil, existe um instrumento importante que é a sinalização do rumo de política monetária. Isso é feito de modo a conseguir a confiança do sistema financeiro no que diz respeito à atuação do banco central e ao futuro da economia no país. Isso se dá através da atuação do Banco Central em cada um dos instrumentos apresentado. Ou seja, a fixação das taxas de redesconto, do nível de recolhimento compulsório, da atuação restritiva ou expansiva em mercado aberto, ou mesmo na fixação das taxa de juros básica da economia, o Banco Central sinaliza ao mercado como deve ser o comportamento da economia e do sistema financeiro do país.

Em toda essa operacionalização de política monetária em um país com um sistema financeiro minimamente desenvolvido, como é o caso do Brasil, há influência direta na economia, seja no sistema de intermediação financeira, no setor produtivo ou até nos agentes econômicos individuais. Evidentemente, o volume e o custo do crédito bancário seguem essa diretriz de política monetária. É esse o ponto que se pretende analisar nos próximos subitens.

4.2 A QUESTÃO DO CUSTO DE OPORTUNIDADE

A taxa Selic, como taxa de juros básica da economia brasileira, termina por definir os valores de remuneração dos títulos da dívida do setor público, principal fonte de financiamento do governo federal. Com o recente desenvolvimento dos mercados financeiros no país, existe a possibilidade de

investidores institucionais, ou até mesmo agentes não financeiros, investirem os seus rendimentos em títulos públicos e auferirem remuneração definida pela taxa Selic. Com isso, os investimentos no setor produtivo têm sua taxa de atratividade influenciada pela diretriz definida pela política monetária. É o que, na prática, define-se como o custo do dinheiro para um projeto de viabilidade econômico-financeira de um investimento produtivo. Souza-Clemente (2001 p.26) explica melhor essa questão, ao dizer: “A taxa mínima de retorno deve representar o custo de oportunidade do capital para a empresa (...) é a taxa de juros que deixa de ser obtida na melhor aplicação alternativa quando há emprego de capital próprio”.

Em relação aos riscos de uma operação financeira, os títulos da dívida de um país, gozam de uma avaliação de mercado extremamente favorável, uma vez que o único risco significativo em um título público é o risco de crédito, ou seja, risco de o país decretar o não pagamento de seus compromissos passivos. Já uma operação de crédito envolve uma série de outros riscos (CARVALHO, 2000, p.269).

Desta forma, vê-se que as empresas, ao analisarem uma operação de crédito, tomam a remuneração dos títulos públicos como o piso de rentabilidade na avaliação de suas operações (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Fica claro que a meta da taxa Selic define a taxa média de atratividade da economia, ou pelo menos direciona esse indicador. Portanto, a política monetária definida na fixação da taxa Selic pelo COPOM (Comitê de Política Monetária) influencia significativamente o nível de investimentos da economia nacional. Conseqüentemente, a demanda das empresas por crédito pode-se tornar, evidentemente, menor. Isso vem a reduzir o volume de empréstimos no sistema financeiro.

Ainda na mesma análise de custo de oportunidade, existe a questão da alocação da carteira de ativos das próprias instituições bancárias. Segundo a teoria keynesiana sobre a firma bancária (CARVALHO, 2000, p.263), o próprio banco faz a sua escolha de investir seus recursos conforme os riscos e retornos que o mercado proporciona. Dessa forma, quanto maior for a remuneração dos títulos públicos, para o caso brasileiro, maior será a proporção de recursos que os bancos vão alocar nesses ativos. Isso porque os

títulos públicos são ativos de risco muito inferior a uma operação de crédito, seja direcionada a pessoas físicas ou empresas. Portanto, vê-se que a alocação do patrimônio dos bancos em títulos públicos ou em outros títulos de valores mobiliários é diretamente proporcional à remuneração oferecida pela taxa básica de juros da economia (GRAMINHO, 2004, p.9). Esse reflexo foi sentido na carteira dos bancos do País, conforme a tabela 4.

TABELA 4: PROPORÇÃO DOS ATIVOS DE ALGUNS BANCOS SELECIONADOS

	jan/95			jun/01		
	Grandes	Médios	Pequenos	Grandes	Médios	Pequenos
Disponibilidades	0,83%	1,90%	4,88%	0,79%	1,11%	4,60%
Tít. E Vai. Mobiliários	17,47%	16,74%	13,35%	32,72%	25,42%	26,42%
Operações de Crédito	40,11%	29,90%	32,64%	25,42%	23,16%	39,43%
Depósitos	51,01%	39,64%	36,94%	40,96%	24,90%	32,69%
a vista	3,59%	1,91%	3,15%	5,72%	2,53%	2,82%
a prazo	23,78%	26,17%	25,66%	11,77%	14,53%	21,75%
Patrimônio Líquido	9,09%	11,84%	29,62%	8,39%	21,56%	29,81%

Extraído de: GRAMINHO, 2004, p.9

FONTE: elaboração da autora

4.3 O CANAL DO CRÉDITO

Em FONSECA (2003), tem-se uma abordagem a respeito dos canais de transmissão da política monetária pela taxa de juros e do crédito bancário para a economia brasileira, pós plano real. O canal de transmissão via taxa de juros segue a abordagem do custo de oportunidade feita em Oliveira (2004). Nesse item pretende-se investigar apenas a questão do sistema financeiro, como ofertante de crédito ao setor produtivo e pessoas físicas.

Na análise de transmissão da política monetária, o canal de crédito é um canal alternativo ao da taxa de juros, uma vez que este é muito mais perceptível aos analistas econômicos. Entretanto, constitui uma via importante ao desenvolvimento da economia de um país, uma vez que uma política monetária restritiva, por exemplo, traz efeitos notáveis à oferta de crédito no sistema financeiro, não só à demanda por crédito.

Esses efeitos se fazem sentir devido às imperfeições no mercado de crédito, tais como assimetrias de informação, que são problemas gerados porque “os elementos relevantes para a realização de uma transação financeira são normalmente opacos” (CARVALHO, 2000, p.322). Ou seja, as partes negociantes em uma operação de crédito no sistema financeiro não dispõem de todas as informações a respeito da outra parte na negociação. Dessa forma, o custo é aumentado pelo componente risco. O risco moral decorre dos problemas de informação em relação ao tomador, que possivelmente utiliza o crédito em projetos arriscados, do qual o fornecedor de recursos não tem muitas informações. Na medida em que é realizada uma política monetária restritiva, as operações de crédito nas quais ocorre algum tipo de imperfeição têm a oferta de recursos diminuída.

A transmissão da política monetária pelo canal de crédito afeta a grande maioria das empresas no território brasileiro, que não têm acesso ao mercado de capitais ou acesso direto aos investidores. Essas empresas dependem, portanto, do sistema bancário para o financiamento de novos projetos, capital de giro e outras modalidades de crédito (tal como visto no capítulo sobre os direcionamentos do crédito no Brasil). Os bancos, por sua vez, dependem da quantidade de recursos disponíveis no mercado monetário para alavancar suas ofertas de crédito.

Portanto, seguindo-se essa lógica, a política monetária é transmitida indiretamente aos tomadores de recursos no sistema bancário, pela via da oferta de crédito, que é afetada por uma política monetária. Fica claro que uma política monetária restritiva, via aumento da taxa básica de juros ou uma meta de inflação difícil de ser alcançada, restringe as operações de crédito bancário. Isso pode ocorrer pela via da demanda por crédito, dentro da análise do custo de oportunidade das empresas, ou pela via da oferta de crédito, dada pela escassez de liquidez da economia ou pelo custo de oportunidade da própria instituição financeira em aplicar recursos no mercado financeiro.

4.4 A POLÍTICA MONETÁRIA EM PAÍSES EMERGENTES

Uma questão interessante a respeito da transmissão do crédito ao setor produtivo, ou mesmo às pessoas físicas, é a análise desse movimento especificamente em países emergentes. Certamente, economias emergentes têm especificidades relevantes, no que tange a política monetária e seus efeitos. No caso desta pesquisa, tal análise se faz importante, uma vez que se busca analisar essas questões para o Brasil.

Diferentemente de países industrializados, os emergentes lidam com desequilíbrios notáveis, seja no mercado financeiro ou no setor produtivo. Uma vez que esses países lidam com maiores taxas de crescimento, existem maiores diferenças de preços relativos entre os diferentes setores da economia. Isso por que cada um se desenvolve de maneiras e com velocidades distintas. Dessa forma, países em desenvolvimento tendem a ter maiores preocupações no controle da inflação (FONSECA, 2003, p.83). Esse controle é feito, entre outros instrumentos, via política monetária. A taxa de juros fixada e perseguida por um país é um dos principais instrumentos para conter processos inflacionários. No Brasil, por exemplo, a fixação da taxa Selic é crucial nas políticas de combate à alta dos preços por parte do Banco Central, principalmente após aos processos de hiperinflação vividos no país a partir da década de 1980.

Dessa forma, a fixação da taxa básica de juros e outros instrumentos de política monetária restritiva, se fazem mais relevantes em países de economia emergente. Evidentemente, a via de transmissão de política monetária, através do crédito ou pelo custo de oportunidade das empresas, é afetada de maneira mais acentuada nesses países.

4.5 OS EFEITOS DA POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

Como já mencionado em outros capítulos desse trabalho, o Plano Real foi um conjunto de medidas que visavam, fundamentalmente, a estabilização dos preços e o ajuste da moeda nacional.

Em sua maior parte, consistiu em um plano de medidas ortodoxas, de contenção da atividade econômica e aprofundamento da abertura para o comércio internacional. Foi claro o choque de concorrência causado pela entrada de produtos estrangeiros no mercado nacional. Há que se mencionar, ainda, que houve medidas heterodoxas bastante específicas, como a criação de uma unidade de valor para fazer a transição para o real.

A política monetária foi extremamente relevante para o alcance do objetivo do plano, especialmente na convivência com taxas de câmbio semifixas (bandas cambiais). Em uma economia que não se pode manobrar o câmbio, a via monetária de atuação do governo torna-se ainda mais importante na gestão econômica do País. Essa posição vigorou até janeiro de 1999, com a flexibilização da taxa de câmbio. A partir desse ponto, a inflação passou a ser o objeto central das políticas do Banco Central do Brasil. Foi instalado o regime de metas de inflação, onde o governo sinalizava a inflação do período subsequente e atuava de modo a perseguir tal objetivo. Em linhas gerais, assim como no período de bandas cambiais, a política monetária no país teve um cunho restritivo, mesmo com uma maior flexibilidade a partir de 1999.

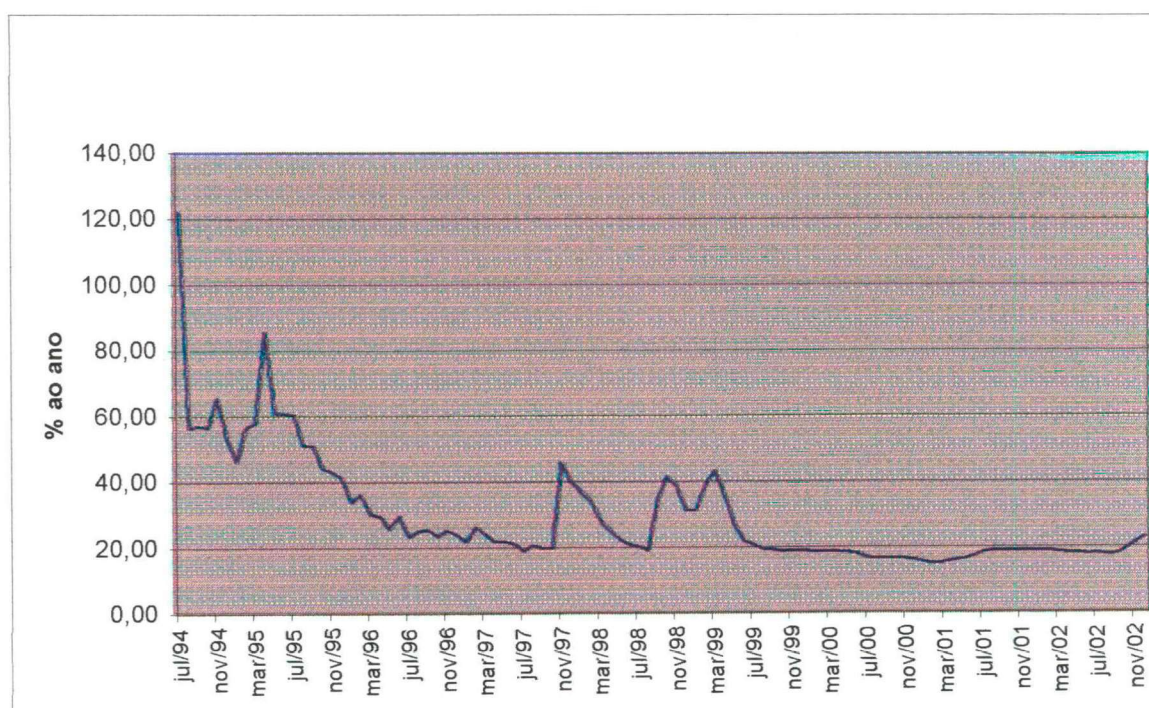
Segundo Lopes (In FONSECA, 2003, p.97), em momentos de reconstrução da normalidade em uma economia, como a estabilização ocorrida no Brasil, os mecanismos de política econômica precisam readaptar-se ao novo cenário. No sistema bancário essa problemática também se fez presente. Os bancos tiveram de se adaptar às perdas de receitas com o *floating*. Nesse ajuste, a fixação da taxa selic foi imprescindível ao equilíbrio do Balanço de Pagamentos do país, tal como explica Torres (in FONSECA, 2003, p.96):

O cenário composto por: inflação elevada; ameaça de dolarização; substituição da moeda indexada; e ativo gerenciamento da dívida pública, limitava o Banco Central a conduzir a taxa de juros real positiva, para isso era necessário fixar a taxa nominal

acima da expectativa de inflação. Com esta atuação o Banco Central mantinha os portfólios “não dolarizados”, minimizava o custo de rolagem da dívida pública e garantia o equilíbrio do Balanço de Pagamentos.

Dentro da transmissão da política monetária via taxa de juros, a estabilidade ocorrida pós julho de 1994 contribuiu para o sucesso dessa política. Isso porque a taxa Selic passou a oscilar muito menos, facilitando a percepção dos agentes quanto à atuação do BCB. Ou seja, foi aumentada a capacidade de afetar a economia na fixação da taxa básica de juros (FONSECA, 2003, p.97). Entretanto, de 1994 a 2002 ainda ocorreram algumas situações de oscilação da taxa de juros básica no Brasil, devido a alguns choques externos que se fizeram sentir.

GRAFICO 11: TAXA SELIC ACUMULADA ANUALIZADA



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Percebe-se no período, alguns momentos de maior instabilidade: o período de implantação do Plano Real, na segunda metade do ano de 1994; a crise mexicana em 1995; a crise dos tigres asiáticos em 1997; e a moratória russa em 1999. Pode-se dizer com segurança, após a análise dos gráficos aqui contidos, que a transmissão da política monetária, seja pela demanda ou oferta

de crédito do sistema financeiro, teve efeitos sobre o crédito. A política restritiva e de alta dos juros teve efeitos diretos sobre o crédito no Brasil, uma vez que a manutenção de altas taxas de juros coincidiu com uma redução do volume de crédito em relação ao Produto Interno Bruto da economia Brasileira.

4.6 CONCLUSÕES

A política monetária exerce grande influência sobre o comportamento do crédito bancário. Em princípio, mostrou-se a maneira pela qual a política monetária é definida e operacionalizada por um banco central, sendo consideradas as especificidades da economia brasileira.

Considerou-se a meta da taxa básica de juros da economia brasileira (Selic meta) como o principal indicador de política monetária do BCB. Tal taxa afeta o comportamento do crédito de algumas formas. Com certeza, a questão do custo de oportunidade, tanto dos tomadores de empréstimos quanto dos bancos ofertantes, é um ponto central. Com as altas taxas de juros praticadas no país desde a implantação do Plano Real, esse ponto ficou evidente. As operações de crédito nas modalidades pessoa jurídica são afetadas, uma vez que o custo do dinheiro para investimentos tornou-se extremamente elevado. Da parte dos bancos, ficou evidente a tendência de aplicações em títulos e valores mobiliários, em detrimento das operações de crédito. A tabela 4 mostra esses valores com clareza.

Em uma análise mais técnica, uma política monetária restritiva influi na oferta de crédito pelo sistema financeiro na medida em que reduz a liquidez das instituições, o que reduz a alavancagem de recursos para empréstimos. Essa via de transmissão é, também, importante para o caso Brasileiro, de 1994 a 2002. Por meio de operações de mercado aberto, taxas de redesconto de liquidez ou por fixação de depósitos compulsórios, as condições para os bancos emprestarem se tornaram mais desfavoráveis.

Fica evidente, portanto, que a política monetária empregada no Brasil a partir de 1994 teve papel fundamental para a redução do crédito/PIB até o ano de 2002. Ademais, o custo do crédito se manteve ainda elevado, apesar de

uma redução expressiva se comparado ao período de pré-estabilização. Esse é o principal objetivo dessa pesquisa, mostrar que as questões macroeconômicas do Brasil, em especial a política monetária empregada, tiveram papel fundamental no comportamento do mercado de crédito.

REFERÊNCIAS

AMADO, A. M. *Apud* LIMA, Gilberto Tadeu et al. (Orgs.). **Macroeconomia moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, capítulo IX.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries temporais**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>>. Acesso em: 05/03/2005.

_____. **Economia bancária e crédito**: avaliação de 5 anos do projeto juros e *spread* bancário. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RED-SPREAD>. Acesso em: 23/03/2005.

_____. **Economia bancária e crédito**: avaliação de 4 anos do projeto juros e *spread* bancário. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RED-SPREAD>. Acesso em: 10/03/2005.

_____. **Economia bancária e crédito**: avaliação de 3 anos do projeto juros e *spread* bancário. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RED-SPREAD>. Acesso em: 10/03/2005.

_____. **Juros e *spread* bancário no Brasil**: avaliação de 2 anos do projeto. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RED-SPREAD>. Acesso em: 10/03/2005

_____. **Juros e *spread* bancário no Brasil**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RED-SPREAD>. Acesso em: 10/03/2005.

_____. **Taxa de juros e concentração bancária no Brasil**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: www.federasul.com.br/economico/juros_e_spread_bancario.pdf. Acesso em: 14/10/2004.

BARROS, J. R. M. e ALMEIDA JÚNIOR, M. F. **Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil**. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, 1997. (mimeo). Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/publica.asp#ajuste>. Acesso em 05 Out. 2005.

CARVALHO, Fernando Cardim de et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CYSNE, Rubens Penha. Aspectos Macro e Microeconômicos das Reformas Brasileiras. In BAUMANN, Renato (org). **Brasil, uma Década em Transição**. Rio de Janeiro: CEPAL e Campus, 2000.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. **Estadísticas financieras internacionales**, Washington, vol. LII, n.12, dic. 1999.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002.

FONSECA, Marcos Wagner da. **Impactos Diferenciados da Política Monetária**. Cascavel, Edunioeste, 2003.

GRAMINHO, Flávia Mourão. **O Canal de Empréstimos Bancários no Brasil**. Rio de Janeiro, 2003.

GREMAUD, Amauri Patrik. **Economia Brasileira Contemporânea Para Cursos de Economia e Administração**. São Paulo, Atlas, 1996.

IBGE . **Sistema Financeiro: uma análise a partir das contas nacionais (1990-1995)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. (Os economistas). 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KOYAMA, Sérgio Mikio, e CARDOSO, Renato Frageli. **A Cunha Fiscal Sobre a Intermediação Financeira**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread2.pdf>.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. **O componente “custo de oportunidade” do spread bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana**. Disponível em:

http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2014%20%20Economia%20monet%C3%A1ria%20e%20financeira%20II/O%20componente%20custo%20de%20oportunidade...SEP.pdf. Acesso em 04/08/2005

PAULA, Luiz Fernando R. de. **Abrindo a caixa-preta do “spread”**. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2003. **Folha Brasil, Caderno 1**, p. 3.

SICSÚ, J., OREIRO, J.L., e PAULA, L.F. (orgs.). **Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços**. Barueri/SP: Manole. 2003.

SOARES, Ricardo Pereira. **Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação**. Brasília, DF: IPEA, 2001. 46 p. (Texto para Discussão, n. 808). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 01.04.2005.

VASCONCELOS, Marcos Roberto. **O todo e as partes**. Maringá. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em <http://ideas.repec.org/p/anp/en2003/e51.html>. Acesso em 04 Out. 2004.